

# Organização do sistema financeiro

# 4

## 4.1 Introdução

### Quantidade de instituições financeiras em funcionamento

Tipo	2001		2002		2003	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
<b>Bancos</b>						
Múltiplos	153	146	143	139		
Comerciais e filiais de bancos estrangeiros	28	24	23	24		
Desenvolvimento	4	4	4	4		
Investimento	20	21	23	22		
Caixa econômica	1	1	1	1		
<b>Sociedades</b>						
Arrendamento mercantil	71	68	65	58		
Crédito financiamento investimento	39	43	46	45		
Crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo e repassadoras	18	18	18	18		
Corretoras de títulos e valores mobiliários	177	171	160	156		
Corretoras de câmbio	41	41	42	42		
Distribuidoras de títulos e valores mobiliários	156	149	149	148		
Agências de fomento	9	9	9	9		
Companhias hipotecárias	7	6	6	6		
<b>Subtotal</b>	<b>724</b>	<b>701</b>	<b>689</b>	<b>672</b>		
<b>Cooperativas</b>	<b>1 333</b>	<b>1 356</b>	<b>1 374</b>	<b>1 397</b>		
<b>Sociedades</b>						
Crédito ao microempreendedor	14	21	26	29		
<b>Subtotal</b>	<b>2 071</b>	<b>2 078</b>	<b>2 089</b>	<b>2 098</b>		
<b>Sociedades</b>						
Administradoras de consórcio	397	386	375	367		
<b>Total</b>	<b>2 468</b>	<b>2 464</b>	<b>2 464</b>	<b>2 465</b>		

A evolução do quantitativo de instituições financeiras em funcionamento no país no segundo semestre de 2002 e no primeiro semestre de 2003 seguiu a mesma tendência já desenhada nos anos anteriores em decorrência do plano de estabilização econômica implementado em 1994. As crises recentes vivenciadas em alguns países denominados emergentes e, mais especificamente, a crise cambial verificada no Brasil a partir do segundo semestre de 2002, embora tenham repercutido no SFN, não produziram efeitos capazes de influenciar aquela trajetória.

Com efeito, as aquisições, cisões e incorporações entre instituições financeiras ocorridas no período acima mencionado obedeceram muito mais ao movimento orgânico determinado pelo quadro de estabilidade monetária, que induziu forte demanda por escala em todos os segmentos e modalidades operacionais, do que a fatores conjunturais que produziram de forma localizada fuga de capitais em face de aversão ao risco por parte de investidores internacionais.

Se, por um lado, crises cambiais conjunturais aumentaram a percepção de risco de potenciais investidores no setor, por outro, os resultados positivos obtidos pelas instituições financeiras após o plano de estabilização econômica acima mencionado demonstraram que a implementação de políticas macroeconômicas consistentes assume maior preponderância na tomada de decisões.

Assim, conforme se observa, a pequena redução de 689 para 672, no número de instituições em funcionamento no SFN (desconsideradas aquelas voltadas às atividades de microfinanças e consórcios), no primeiro semestre de 2003, reflete muito mais a continuidade do processo inaugurado pelo plano de estabilização do que efeitos localizados de volatilidades.

Além disso, se o segundo semestre de 2002 foi marcado por um contexto de volatilidades na economia, com conseqüente elevação de preços, depreciação cambial e aumento de endividamento público, influenciando a elevação das taxas de juros, no primeiro semestre de 2003, a implementação de políticas macroeconômicas comprometidas com a redução das taxas de inflação e do endividamento público, somada ao ajuste nas contas externas, assegurou a continuidade do cenário de estabilidade indispensável à retomada dos projetos de investimentos. Nesse contexto, à retirada de determinados empreendimentos do SFN nesse período tem se contraposto o ingresso de novos investimentos ou, até mesmo, a mudança de estratégia de negócios por parte daqueles que pretendem permanecer no país, a exemplo da transferência do controle de empreendimentos para instituições brasileiras, convertendo-se em seus acionistas. Esse movimento mantém-se coerente com a tendência delineada nos anos anteriores e não representa fuga de capitais. Comprova tal fato a manutenção líquida de recursos externos no SFN nesse período.

A expectativa do próprio mercado financeiro para os próximos semestres é de que se mantenha a tendência de queda na taxa básica de juros, com reflexos na redução das taxas praticadas pelas instituições financeiras em suas operações. Nesse sentido, a demanda por escala permanece como elemento indutor da dinâmica do SFN. Tal fato é evidenciado pelo esforço empreendido pelas instituições financeiras com vistas a aumentar sua presença no território nacional, seja por meio de aquisições, seja pela ampliação da rede de agências ou, ainda, pela contratação de correspondentes no país. Esse movimento procura antecipar-se à redução nos ganhos decorrentes da queda das taxas, e procura centrar-se na construção de alternativas de negócios baseadas na oferta de crédito, com destaque para o segmento de crédito direto ao consumidor, em volume capaz de superar as esperadas reduções de margens.

## **4.2 Processos de reorganização, estrutura de capital e dinâmica operacional no SFN**

O perfil do SFN tem sido gradativamente alterado com uma maior presença do capital privado, tanto nacional quanto estrangeiro. Mesmo assim, ainda é considerada a parcela das instituições públicas no segmento bancário.

Por outro lado, podemos destacar, que, ao longo de 2003, houve movimentos de aquisições que reforçaram a presença de instituições privadas genuinamente nacionais, como a compra do BBVA pelo Bradesco, a compra do Grupo BBA e do Banco Fiat S.A pelo Itaú, e a aquisição do Banco Sul América S.A pelo Banco Rural S.A.

Nenhuma nova instituição foi autorizada a funcionar no segmento bancário, o que implica reconhecer que a continuidade do processo de ajuste nesse segmento ainda afeta eventuais projetos de ingresso de novos empreendimentos no sistema. Das sete instituições que tiveram canceladas as respectivas autorizações para funcionar, destacam-se a do Paraiban, em face de sua incorporação pelo ABN Amro Real, e a do Banco GM, em face de sua transformação em instituição não financeira, registrando-se, no entanto, que o grupo continuou a operar um banco, mediante a transformação da *leasing* no novo Banco GM. Os outros cinco cancelamentos decorreram da decretação da falência de bancos até então submetidos ao regime de liquidação extrajudicial.

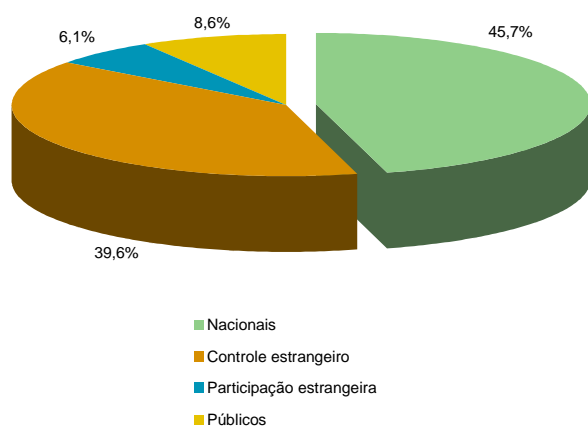
Os processos de aquisições (transferências de controle societário) prosseguiram, também, no segmento bancário, o que demonstra que o ajustamento desse segmento ainda está em fase de consolidação. Assim, essas aquisições tenderão a reduzir-se, principalmente, em face dos elevados ágios implícitos nas operações eventualmente factíveis. Tal fato permite antever um ponto de equilíbrio concorrencial nesse segmento, principalmente entre as instituições de grande porte, as quais se encontram em fase de absorção do patrimônio daquelas anteriormente adquiridas, o que pressupõe reorganização administrativa e operacional, com a conseqüente segmentação dos nichos de atuação.

**Participação dos bancos nas principais rubricas do Cosif em junho de 2003**

Discriminação	Quan- tidad de	%			
		Patrimônio líquido	Ativos totais	Depósitos	Operações de crédito
<b>Bancos</b>					
Públicos	14	16,1	35,8	43,1	32,0
Privados					
Nacional	75	46,3	32,3	30,0	31,2
Controle estrangeiro	65	29,8	24,7	20,3	28,0
Participação estrangeira	10	7,8	7,2	6,6	8,8
<b>Totais</b>	<b>164</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Quanto à participação dos diversos estratos do segmento bancário no patrimônio líquido, nos ativos, nos depósitos e nas operações de crédito totais desse segmento (não considerados bancos de desenvolvimentos e bancos de investimento), conforme se pode observar na tabela ao lado, os bancos públicos aparecem com menor participação que os bancos privados genuinamente nacionais apenas no agregado patrimônio líquido, superando-os nos ativos totais e nos depósitos e equiparando-se a eles nas operações de crédito. A performance do segmento de bancos públicos deve ser analisada de forma diferenciada em face da condição ostentada pela Caixa Econômica Federal de maior captadora de depósitos de poupanças no país.

**Distribuição do segmento bancário por origem de capital - Junho de 2003**



Relativamente às operações de crédito, os bancos privados nacionais apresentaram, no primeiro semestre de 2003, a participação levemente inferior à do segmento público, a despeito da redução do número de bancos desse segmento em virtude do processo de privatização. Vale registrar o peso da Caixa nesse item, na qualidade de maior financiadora de empreendimentos imobiliários do país.

A mudança na estrutura do SFN, iniciada com o Plano Real, caracteriza-se basicamente pela maior participação do capital estrangeiro em instituições financeiras nacionais, a partir de políticas de flexibilização das regras de acesso desse capital ao mercado nacional, passando pela aquisição de instituições financeiras nacionais por grupos estrangeiros, inclusive mediante sua habilitação ao programa de privatização de instituições financeiras públicas.

A expectativa com a adoção de tais políticas era de que o ingresso de instituições estrangeiras trouxesse maior dinamismo ao mercado bancário brasileiro. De fato, os novos competidores representaram forte elemento indutor à capitalização das instituições nacionais, à racionalização de custos, à realização de maciços investimentos em tecnologia da informação, ao aumento de produtividade e à melhoria do atendimento ao público indispensável à fidelização de clientelas. Enfim, a resposta das empresas nacionais do setor foi amplamente positiva, demonstrando alto poder de competitividade, a ponto de, já a partir de 2001, o capital externo tornar-se mais seletivo quanto aos investimentos no mercado nacional, em face dos altos custos implícitos. Algumas instituições estrangeiras têm optado, inclusive, por migrar seus investimentos iniciais, com marca própria no país, para participações em bancos brasileiros já consolidados no mercado.

Entretanto, o número de instituições financeiras estrangeiras (filiais ou instituições com controle estrangeiro) no país tem apresentado tendência de queda nos últimos três anos, decrescendo de 180 em 2000, para 176 em 2001, 158 em 2002, e para 157 em junho de 2003. Esse segmento do SFN também manteve tendência de queda quando acrescido da parcela de instituições financeiras com participação minoritária de capital estrangeiro, reduzindo-se de 266 em 2000, 258 em 2001, e 245 em 2002, para 244 em junho de 2003.

Esses números permitem inferir que, embora a fase de aquisições iniciada com o plano de estabilização econômica encetado em 1994 e alimentada pelo processo de reestruturação do SFN, principalmente por meio da

privatização de instituições financeiras públicas, tenha terminado, ocorrendo episodicamente apenas eventuais permutas de posições acionárias entre acionistas estrangeiros, os investimentos externos efetuados nesse sistema continuam sendo alimentados por meio de novos aportes de recursos necessários à manutenção da competitividade das instituições sob seu controle. O que temos visto nesse período é a consolidação dos investimentos realizados, cujo cenário não é exclusivo do segmento estrangeiro, mas também partilhado pelo conjunto das demais instituições que atuam no SFN.

Os investimentos estrangeiros no SFN estão concentrados no segmento bancário, com 69 grupos econômicos estrangeiros controladores das 157 instituições aludidas anteriormente. Enfocando especificamente os grupos bancários, em junho de 2003 havia um total de 73 instituições com controle estrangeiro, oriundos, destacadamente, da Europa (59%) e dos EUA (23%). Considerando a nacionalidade dos conglomerados bancários estrangeiros, logo atrás dos EUA aparecem: Espanha (11%), Alemanha (10%), Itália (10%) e Holanda (8%). Considerando a Área do Euro (da qual não fazem parte o Reino Unido, a Suíça e a Suécia), os países que abriram mão de suas moedas nacionais e adotaram o euro controlam 34 instituições bancárias no Brasil (47%).

Com a depreciação do real ante o dólar norte-americano, a partir de meados de 2002, e, mais recentemente, deste perante o euro, todas essas instituições com controle estrangeiro tiveram depreciados os seus resultados medidos nas moedas das matrizes, fato que, se por um lado, poderia desestimular sua permanência no Brasil, por outro tornou atrativos os ativos denominados em reais. Independentemente dos resultados líquidos desses cálculos, a verdade é que o SFN continua exercendo atração de investimentos externos.

### 4.3 Microfinanças

Dentre os desafios que se apresentam para as autoridades monetárias em nosso país, emerge, com grande relevo, a necessidade de democratizar o acesso das diversas camadas da população brasileira aos serviços financeiros.

O Brasil representa um mercado significativo para as microfinanças, considerando não só o tamanho do país em termos físicos, mas também em termos econômicos e populacionais. No entanto, apesar do ambiente aparentemente

propício, as microfinanças no Brasil têm experimentado taxas de penetração menores do que as alcançadas em outros países da América Latina, sugerindo que, suplantadas dificuldades conjunturais, existe uma enorme oportunidade de crescimento para a indústria microfinanceira, especialmente no segmento de microempreendedores de baixa renda.

#### 4.3.1 Microcrédito

A atividade de microcrédito é definida como aquela que, no contexto das microfinanças, dedica-se a conceder crédito de pequena monta à população de baixa renda, que não tem acesso aos serviços financeiros tradicionais, com a utilização de metodologia específica, em face do que se diferencia das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras convencionais, sem, no entanto, abrir mão da auto-sustentabilidade (receitas maiores que despesas). É comumente entendida como principal atividade do setor de microfinanças pelo papel que desempenha junto às políticas públicas de redução da miséria, geração de emprego e renda.

No estágio atual de desenvolvimento, a importância do segmento de microcrédito está mais relacionada com os benefícios sociais que pode gerar do que com o volume financeiro que movimenta. Nesse sentido, a atuação governamental tem se manifestado por meio de políticas públicas que, privilegiando as “soluções de mercado” – assim entendidas as ações em que a força criativa da sociedade, devidamente orientada, produz soluções desenvolvimentistas de longa duração – induzam investimentos no segmento de microcrédito com estratégias que minimizem o risco de descontinuidade. Nesse sentido, o peso das instâncias regulatórias e supervisoras do setor público tem sido crescente, quando comparado com o de instâncias de estímulo direto.

No entanto, apesar de o volume financeiro movimentado, em termos absolutos, ser muito pequeno, quando comparado a outros segmentos do sistema financeiro, o segmento das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM) tem apresentado crescimento consistente desde sua criação em 1999, tanto no que se refere ao número de instituições que o compõe, quanto em termos de ativo total, de operações de crédito, de patrimônio líquido e demais contas do passivo (excluídas as contas de compensação). Esse último indicador reflete o fortalecimento da capacidade de organização do segmento, possibilitando o incremento da captação por meio das operações de empréstimos e repasses e da distribuição de recursos

#### Evolução dos agregados financeiros

Sociedades de crédito ao microempreendedor - SCM

Discriminação	R\$ mil				
	1999 Dez <sup>3</sup>	2000 Dez	2001 Dez	2002 Dez	2003 Jun
Ativo total <sup>1</sup>	0	2 262	7 636	14 680	22 843
Operações de crédito	0	1 146	4 734	10 831	13 728
Patrimônio líquido	0	2 075	4 894	7 411	14 717
Contas de passivo <sup>2</sup>	0	187	2 743	7 270	8 125
Número de SCM's	3	6	14	26	29

1/ O ativo total não leva em consideração as contas de compensação, mas inclui as operações de crédito.

2/ As contas de passivo referem-se ao passivo total excluídas as contas de compensação e o patrimônio líquido.

3/ Em out/1999 foi constituída a 1ª SCM, nos termos da Resolução 2.627, de 2.8.1999, contudo, o início das operações das SCM's só ocorreu a partir de fevereiro de 2000.

financeiros de outros agentes econômicos, adicionando tais recursos aos seus próprios.

No 1º semestre de 2003, adotou-se importante medida para estimular as microfinanças no país, em particular o segmento de microcrédito, por meio do direcionamento de percentual sobre os depósitos à vista para suas operações. Procurando estruturar-se com esse objetivo, as duas grandes instituições bancárias públicas, criaram instrumentos para a disponibilização desses recursos, aparelhando-se jurídica e institucionalmente, inclusive mediante a contratação de correspondentes bancários para ocupar espaços em regiões distantes dos grandes centros, no caso da Caixa, com 470 novos pontos em 2003. Acompanhando esse movimento, instituições privadas de grande porte também estão se estruturando com vistas a ocupar espaços nesse segmento. Esses movimentos permitem antecipar um importante crescimento nas operações de microcrédito no país, se não em dimensão capaz de alavancar o crescimento da economia, certamente em níveis capazes de somar-se a outras iniciativas nesse sentido.

#### **4.3.2 Cooperativismo de crédito**

O SFN experimentou, nos últimos anos, sensível redução do número de instituições que nele operam. Em via contrária, no entanto, o segmento das cooperativas de crédito tem apresentado uma expansão contínua, não somente no número de instituições, mas também em sua participação relativa nas operações do Sistema Financeiro.

O sistema cooperativista de crédito emerge como aquele vocacionado para a ocupação de espaços importantes no sistema financeiro, na medida em que as instituições que o integram, ao lado das instituições que operam no segmento de microcrédito, possuem estrutura organizacional e operacional mais adequada para o suprimento de crédito às populações hoje não atendidas pelas instituições financeiras tradicionais. Atuando com base nesse perfil, as cooperativas de crédito reinvestem os excedentes econômicos gerados pelo processo de crescimento nas respectivas áreas de atuação, constituindo-se em agentes do desenvolvimento, contribuindo, assim, para diminuir os desequilíbrios hoje existentes.

Em volume de operações de crédito, a participação das cooperativas de crédito entre as instituições bancárias passou de 1,94%, em junho de 2002, para 2,01% em junho de 2003, o que evidencia o crescimento médio da

### Participação das cooperativas de crédito nas principais rubricas do Cosif

Período		Patrimônio líquido	Ativos totais	Depósitos	Operações de crédito
		%			
1997	Dez	1,6	0,4	0,5	0,7
1998	Dez	1,6	0,5	0,6	0,9
1999	Dez	1,8	0,7	0,8	1,1
2000	Dez	2,0	0,8	1,0	1,2
2001	Dez	2,0	0,9	1,3	1,6
2002	Jun	2,0	1,0	1,5	1,7
	Dez	2,2	1,0	1,5	1,8
2003	Jun	2,1	1,2	1,7	2,0

participação relativa nas operações de crédito do setor bancário, cuja tendência verifica-se desde 1997.

O patrimônio líquido, o total de ativos e o total de depósitos do conjunto das cooperativas de crédito também têm apresentado crescimento na participação relativa nos respectivos itens patrimoniais do conjunto das instituições bancárias no Brasil.

Além disso, as cooperativas de crédito têm se constituído em fator de organização social importante dentro das suas áreas de atuação. No caso específico das unidades da federação com Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos, pode-se constatar que possuem grande percentual de municípios sem a presença de agências bancárias, ou mesmo postos de atendimento bancário. Ao mesmo tempo, é alta a proporção de habitantes por número de cooperativas de crédito. Tomando-se, por exemplo, o Estado do Piauí, constata-se que 79% de seus municípios não possuem agências bancárias e/ou Postos de Atendimento Bancário (PAB) e, paralelamente, mantém uma relação cooperativa de crédito/habitante tendente a zero, ou seja, da ordem de 1/1.421.639 (baixo índice de cooperativa per capita).

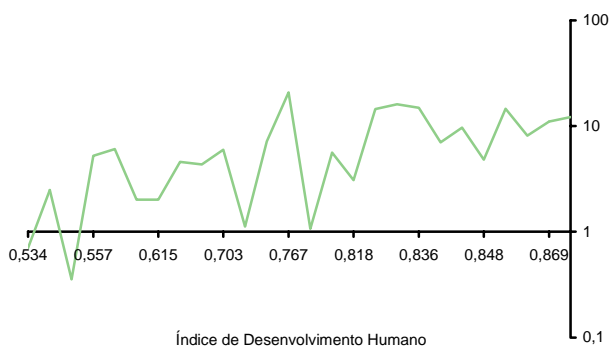
Situação análoga ocorre nos demais estados do Nordeste brasileiro. Nesses casos, pode-se concluir que o déficit no atendimento do sistema bancário, no que tange à disponibilização de serviços financeiros e, conseqüentemente, de crédito, é acrescido pelo baixo índice per capita de cooperativas de crédito. Assim, embora vocacionada para o atendimento a populações não alcançadas pelas instituições bancárias, as cooperativas de crédito ainda não ocuparam os espaços deixados por esse sistema.

Outro indicador bastante elucidativo pode ser obtido da correlação entre o número de cooperativas de crédito/habitante por Estado e o IDH desse Estado. Verifica-se que tal correlação é positiva, o que permite concluir que a presença de cooperativas de crédito está associada, em algum grau, aos níveis do IDH.

Há um outro grupo composto pelos estados da Região Norte do Brasil que possuem alta percentagem de municípios não assistidos por agências bancárias e/ou PAB's, mas que possuem uma relação cooperativa de crédito/habitante próxima da média nacional. Para esses estados, verifica-se também um déficit no atendimento pelo sistema bancário no que tange à oferta de serviços financeiros e, conseqüentemente, ao crédito bancário. Por outro lado, a maior proporção de cooperativas de crédito/habitante nessa

### Concentração de cooperativas de crédito por IDH

Número<sup>1</sup>



1/ de cooperativas de crédito por milhão de habitantes

Fontes: IPEA, IBGE

região poderia suprir tal deficiência, não fossem as dificuldades impostas pelas grandes distâncias existentes entre os municípios.

As recentes medidas regulamentares introduzidas na constituição e funcionamento das cooperativas de crédito (Resolução 3.106, de 25 de junho de 2003) permitem assegurar que esse segmento apresentará, no médio prazo, significativo crescimento no contexto do SFN, permitindo-lhe desempenhar o papel que vocacionalmente sempre lhe esteve reservado.

### 4.3.3 Correspondentes bancários

A partir de 1999, facultou-se às instituições financeiras bancárias a contratação de empresas como correspondentes bancários no país para execução sob responsabilidade da instituição contratante, de serviços, especialmente a abertura e movimentação de contas de depósitos e a concessão de empréstimos, antes só executados em suas próprias dependências. Esse mecanismo representou forma alternativa para melhorar a oferta de serviços financeiros a populações que não os acessavam.

Dessa forma, a contratação de correspondentes em áreas carentes de serviços bancários constitui elemento de democratização do atendimento à sociedade por parte do SFN e vem ao encontro do objetivo maior de proporcionar melhores condições de vida à população, incentivando a inclusão social de parcela da população sem acesso aos serviços financeiros, incrementando o sentimento de cidadania.

Além disso, ao reduzir os custos dos investimentos em instalações e os custos operacionais em função da utilização das instalações e da mão-de-obra já existentes do próprio contratado para a função de correspondente, criam-se condições para redução dos preços das tarifas e das taxas cobradas pela utilização dos serviços.

Em junho de 2003, eram oito as instituições autorizadas pelo Banco Central a contratar correspondentes para prestação de serviços de abertura e movimentação de contas-correntes e de poupança, totalizando 14.933 correspondentes em funcionamento, o que representa aumento de 64% em relação ao total de 8.638 que existiam em dezembro de 2001, sendo 78% deles pertencentes à Caixa (11.700 pontos), como produto do convênio firmado por ela com casas lotéricas e outras empresas.

#### Atendimento por correspondentes bancários

Contratante	2001		2002		2003	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun
Banco do Brasil	42	0	61	61		
Banese	0	0	2	2		
Bradesco	0	1 028	2 483	2 987		
Bankboston	0	14	14	20		
Caixa Econômica Federal	8 596	9 994	11 230	11 700		
Citibank	0	0	2	2		
Ibibank	0	105	102	105		
Banco Panamericano	0	0	56	56		
Totais	8 638	11 141	13 950	14 933		

